TL 6040

A IDENTIDADE NACIONAL COLECTIVA DO POVO TIMORENSE
WASHINGTON, 4 DE AGOSTO DE 2000

Meus Senhores e Minhas Senhoras. Distinta Assembleia.

Antes do mais, quero apresentar sinceros agradecimentos em meu nome pessoal e no dos meus concidadãos a todos quantos tornaram possível a nossa visita a este grandioso país, que nos recebe tão carinhosamente e bem assim a todos quantos se dignaram honrar-nos com a sua presença, neste auditório, a qual interpretamos de encorajamento em relação ás tarefas complexas, que estamos a levar a cabo no nosso país, para nos apresentarmos em breve ao mundo como nação livre e independente.

É com emoção que recordamos que as primeiras gerações que forjaram a identidade nacional dos Estados Unidos, trouxeram consigo as sementes dos ideais de democracia, o culto e o respeito pelos valores da pessoa humana e pela independência dos povos que tão bem aqui vingaram ao longo de dois séculos e por isso, quero prestar a minha homenagem a dois cidadãos americanos que considero "traves mestras" deste país e da humanidade, pela dimensão universal das suas ideias e do seu pensamento.

São do primeiro, George Bancroft, as seguintes palavras: «A comunidade da humanidade, no seu conjunto, não foi para ser construida numa geração. Mas os diferentes povos devem ser considerados como suas partes constituintes, preparadas como outras tantas molas e engrenagens, para um dia serem juntas umas às outras…Neste grande trabalho, o nosso país detém o mais nobre dos postos…A nossa terra é o recipiente dos homens de todos os países …O nosso país apresenta-se, por isso, mais do que qualquer outro, como a realização da unidade da raça.».
E é de John Adams, esta afirmação « É de grande importância começar-se bem…».

O povo a que pertenço, quer ser parte dessa comunidade da humanidade a que hoje, por força das tecnologias da informação, já se chama de «aldeia global», porque as molas e engrenagens da nossa identidade nacional, foram preparadas e temperadas em sofrimento e sangue derramado em proporções que pedem meças à história da humanidade, quando se pensava encerrado o capítulo da tormenta dos povos, com o aproximar do fim do segundo milénio, depois da Cruxificação de Cristo!…

E foi preciso que o hediondo derramamento de sangue, em cenário tão dantesco como o Cemitério de Santa Cruz, se produzisse, para que a humanidade se desse conta que em escassos 25 anos, o nosso povo havia sido dizimado, em um terço, por querer ser senhor do seu destino e viver no exercício das liberdades individuais que são o cerne e o dogma da sociedade americana que tanto nos fascina.

Temos a ambição suprema de vivermos em democracia, essa "planta vivaz" que viajou no "Mayflower", trânsfuga da intolerância religiosa e do poder político absoluto e por isso atribuo um valor inestimável a esta minha visita ao país que a pratica e vive desde o alvorecer da sua independência.

Venho aqui, com o respeito do discente em ciência política na universidade da vida e a avidez de quem, conhecendo da democracia apenas os contornos teóricos, a quer viver e praticar na essência.
Repetindo John Adams « É de grande importância começar-se bem...», desta ideia tão simples e ao mesmo tempo a sugerir tanta responsponsabilidade, decorrem as nossas inquietações e é delas que vos quero falar:

Possuímos a identidade nacional e a consciência nacional de um povo que se distingue, regionalmente, pelo uso da mesma lingua, o português, pela fidelidade a um mesmo credo religioso, o catolicismo, vivido e praticado com fervor por todo o país, pela história comum de ocidentalização, na matriz latina, que nos foi conferida por um colonizador com quem convivemos durante quase 5 séculos, na tolerância das tradições partilhadas e no respeito mútuo das culturas distintas em presença que, gradual e incisivamente, interagiram e moldaram as estruturas sociais e políticas da nossa sociedade, sempre iluminada pelos valores morais, sociais, culturais e religiosos do humanismo cristão que nos permitirão viver na lealdade e solidariedade colectiva de uma nação, preparada, doravante, para exercer a sua soberania em comunidade de opiniões e propósitos.

Quando os portugueses chegaram a Timor, encontraram o país dividido em reinos estruturados em base étnica, onde um decidia por todos e os Liurais ditavam a lei e eram seguidos na obediência total em guerras entre autênticos "nacionalismos", comumente conhecidos em linguagem sociológica e política de colectivistas-autoritários.

Nos seus esforços de apaziguamento bem conseguido, de evangelização católica, de alfabetização e de "aculturação" nos valores do ocidente latino, o colonizador, por um processo natural e pacífico, foi fazendo prevalecer os valores humanistas, promovendo a dignidade da pessoa humana e estabelecendo, com suavidade e sabedoria, o primado do indivíduo, numa subtracção ao colectivismo autoritário, sem o ferir de morte, nem o esvaziar nas suas tradições e costumes, numa transferência que continua a ocorrer nos nossos dias, em processo de alteração das condições estruturais da nossa sociedade no sentido do nacionalismo individualista-libertário.

Somos, no presente, uma sociedade mista no que respeita a estes dois tipos de nacionalismo e, no processo interactivo e evolutivo entre ambos, a composição das misturas não é aferível nem importa concluir qual deles sobrepuja.

Queremos, e é isso que importa, que o nacionalismo que todos os dias se constrói e para o qual caminhamos em processo que decorre acima das nossas vontades, forje, um carácter único e distintivo e que, de acordo com os critérios de participação na colectividade cívicos e étnicos, venha a ser a base da solidariedade política colectiva e da lealdade, condições imprescindíveis para o exercício da soberania no Timor Loro Sae independente.

Fontes de singularidade, não de menor peso na formação da nosssa identidade do que os citados, são a nossa filiação territorial e o nosso tipo físico que continuarão a ser ingredientes a caldearem-se no cadinho dos tempos e a interagirem com os outros traços factores, que estamparão a nossa personalidade no futuro.

Crentes nas teorias deterministas que acusam o meio físico de modelar a personalidade humana, deter-nos-emos na nossa condição de homens da «Montanha», já que a de «Ilhéus», não nos diferencia de todos os nossos vizinhos.

É reconhecido que a «Montanha» inscreve no espírito e na mente dos seus habitantes a curiosidade de conhecer o que está para lá da linha de alturas, que não é despertada no homem da planície o qual, ao girar sobre si mesmo, nada descobre na monotonia do seu horizonte a solicitar a sua atenção.

A «Montanha» ao atiçar a curiosidade, chama o homem a calcorrear montes e vales e apresenta-lhe desafios que aguçam a sua engenhosidade, sublimam a sua vontade, exercitam a sua inteligência e cuidam da sua agilidade e robustez física.

A orogenia de Timor é das mais rugosas do mundo e cria diferenças físicas, climatéricas e dificuldades que também conferem, ao povo que as habita, as vantagens que levaram o rei Ciros da Pérsia a não permitir ao seu povo que se deleitasse nas planícies da Babilónia, com receio de que perdesse as qualidades que mantinham a unidade do seu império.

Quem esqueceu o papel e o comportamento histórico do povo timorense na segunda guerra mundial?!

E porque ficou desfeiteada e ultrapassada a imagética Bíblica no Salmo de "David e Golias", em razão das desproporções humanas... com o comportamento do povo timorense, qual David pequeno de menos de um milhão de habitantes, no conflito bélico que foi obrigado a enfrentar com um país de mais de duzentos milhões e apetrechado com os armamentos mais sofisticados que existem no mundo?!

O resultado, salvo melhor opinião, só foi possível porque defenderam as «Montanhas» de Timor Loro Sae um punhado de "Davides", que, dando pelo nome de Falintil, usaram da inteligência do Rei David, e da engenhosidade e resistência que habitavam os exércitos do Rei Ciros...

Possuímos, pois, todos os requisitos para formarmos um estado-nação na definição surgida com a Revolução Francesa; porque existe em nós uma consciência nacional apoiada na vontade de um povo que partilha um forte sentimento de identidade colectiva, que foi reconhecida pela comunidade internacional e que, inequívocamente, assenta nas singularidades de uma lingua, de uma religião, de uma cultura, de uma história, e de um carácter e personalidade de homens que habitam um território, a «Montanha», todos fermento comum de um povo que nunca esquecerá que: « É de grande importância começarmos bem...) na nossa caminhada de país independente.

A pouco mais de um ano de termos os nossos destinos nas nossas mãos, é de facto importante... que saibamos viver em democracia e saibamos ser magnânimos em tolerância, desenvolvendo uma verdadeira cultura política de participação, praticando a integração social e chamando à cooperação e à solidariedade política nacional, todos os nossos irmãos que não tendo pugnado pela via da independência, se encontrem na condição de ininputáveis em crimes de sangue.

Desejamos viver em democracia multipartidária baseada na liberdade e na igualdade, que faça do indivíduo a medida de todas as coisas, na genuinidade expressa por Abrahan Lincoln «governo do povo, pelo povo e para o povo», na qual a soberania deve pertencer ao conjunto dos cidadãos timorenses, comungando uma vontade e um forte sentimento de identidade colectiva, nos termos e em conformidade com a Constituição que vier a ser estabelecida pelo poder constituinte original.

O Estado de Direito que vier a ser consagrado nessa Constituição como instrumento de controlo da sociedade e que estabelecerá a separação dos poderes político, executivo e judicial, não permitirá a disputa do poder político senão pela via pacífica dos actos eleitorais próprios das democracias multipartidárias.

Remetendo-nos ao papel que temos desempenhado como responsável pelos Serviços de Informações de Segurança e Organização da Rede Clandestina, depois de uma passagem de 11 anos pela prisão política, sempre à espera que se consumasse o nosso fuzilamento, devemos, aqui e agora, fazer um balanço autocrítico à nossa actuação.

Durante o período da guerrilha, com pobreza de meios técnicos de comunicação, chefiámos a Rede Clandestina e articulámos a nossa acção com as Falintil.
Em que medida pesaram as informações na vitória final, só Deus o sabe...

Tivemos de exercer o nosso papel na área das Informações de Segurança mas, simultâneamente, o povo habituado a sentir-nos próximos dele, sem conhecer defacto o que compete a um Serviço de Informações, desprovido até recentemente da protecção de um Estado de Direito que através dos seus três poderes: Legislativo, Executivo e Judicial, lhe garantisse um mínimo de justiça e de segurança, no sentido estrito da que advém de uma força de ordem pública que previna os desmandos e a criminalidade, tudo exigiu de nós: que fossemos Juiz e Polícia, que exercessemos a prevenção, a investigação e o julgamento dos crimes, que aplicássemos as penas, enfim; «que fossemos pau para toda a colher», como diz o ditado popular.

Não foi possível alhearmo-nos dos papéis de Juiz e Polícia que, assumidos por uma mesma entidade, aviltam a tarefa específica de um Serviço de Informações de Segurança e, paternalísticamente, tivemos de os exercer sempre que os direitos e as liberdades individuais eram espezinhados de forma extremada, não só no tempo do ocupante indonésio, mas, sobretudo, durante as convulsões que se seguiram ao Referendum de 30 de Agosto de 1999 e também já no período da presença das Nações Unidas, enquanto a população se não sentiu confiante em relação à Civipol e os tribunais não recomeçaram a funcionar.

Nesta actuação multifacetada a que não nos eximimos e em que não podiamos, óbviamente, agradar ao mesmo tempo a Gregos e a Troianos, reconheçemos hoje, ao querermos reduzir e circunscrever a nossa acção apenas à responsabilidade de dirigir um Serviço de Informações de Segurança, quanto isso foi e está a ser prejudicial à nossa imagem, sobretudo entre a classe política, porventura por julgarem que ainda temos demasiado poder e certamente porque receiam que conheçamos demais sobre cada um e todos.

E não pode portanto considerar-se um acaso que há poucos dias se tenha levantado uma polémica à volta da nossa pessoa, acusando-nos de possuirmos armas de guerra

em nossa casa, sendo, agora, por isso, alvo de um processo de investigação levantado sob a égide da UNTAET.

A poucos dias da realização do nosso Congresso (que vai ocorrer a partir do próximo dia 20 de Agosto), como pode interpretar-se tão bizarra situação, senão à luz de uma estratégia de fragilização por parte de agentes exteriores aos reais interesses do nosso país?!

Como nunca possuímos armas de guerra em nossa casa nem tão pouco uma simples arma de defesa pessoal, perdeu-se o poder de dissuasão que deveria ter um Serviço de Informações de Segurança e como já não bastasse a neutralização das FALINTIL, fica agora também neutralizado e desautorizado o Serviço de Informações que chefiamos, ou seja, a partir de agora, encontram-se neutralizadas as únicas duas forças que podiam conter o avanço da subversão. E tudo isto a bem de quê?!//

Eram passados três escassos dias sobre a acusação que impende sobre a nossa pessoa e uma força da UNTAET era emboscada pelo inimigo (entenda-se forças da suversão) no nosso território e um Militar Neozelandês foi morto e o seu corpo alvo das mais horrorosas sevícias à boa maneira indonésia!...

Prezamos e queremos a presença Militar da UNTAET que nos dá protecção...mas não toda a protecção!.. pois a subversão, perdoe-se-nos a imagem: «passa por entre as pernas e por baixo do nariz das forças militares da UNTAET ». Gostaríamos de nos enganar mas provávelmente os próximos tempos vão mostrar isso mesmo.

Aos elementos da classe política que eventualmente julgam que temos demasiado poder e que por isso não nos vêm com bons olhos, pedimos apenas que tenham sentido de "Estado" para não permitirem que ocorram logros e armadilhas como a que por pressões externas nos foi agora montada.

Provávelmente seremos em breve acusados de irresponsabilidade por termos chefiado a Rede Clandestina e os Serviços de Informações de Segurança sem possuirmos armas de guerra. Passaremos então pela situação anedótica «de presos por termos cão e presos por não termos cão.

Queremos lembrar a esses elementos da nossa classe política, que nos encontramos ainda na fase de transição e peço-lhes que tenham um pouco de contenção na sua ambição política, a bem do nosso tão martirizado povo.

Em tais condições, concitando ressentimentos e ódios à nossa volta, concluimos que nos bastaram onze anos de isolamento, nas prisões indonésias, com o desconforto de vermos amiúde, outros presos políticos, ligados como nós a movimentos independentistas, percorrerem o corredor da morte, pelo que agora só nos resta passarmos a outrem este fardo pesado que carregamos por razões de lealdade ao nosso tão sofrido povo, ao projecto de país independente e, óbviamente, ao líder que Deus nos deu, o nosso querido Presidente Xanana Gusmão, até ao momento em que ele nos fizer o favor de nos dispensar desta missão.

Não se veja neste estado de espírito qualquer sentimento demissionista / derrotista, que não seria compaginável com as razões da nossa presença aqui, mas nele pesam tão sómente a consciência de saber que não somos insubstituíveis e o forte e legítimo desejo de não virmos a ser no nosso país, em breve independente e livre, um cidadão encarcerado pelo isolamento que de forma tão penosa tivemos de viver nas prisões indonésias.

Estamos aqui sim, bem activos e conscios do nosso dever, para afirmarmos bem alto, se possível aturdindo os ouvidos dos responsáveis máximos deste país, que a subversão avança, por terra, por enquanto..., e que chegará o momento de se desdobrar em terrorismo e sabotagem. E bem alertámos, antes do Referendum, em Agosto de 1999, para o que se iria passar por forma a que se pudesse evitar o que aconteceu... e parece que só as Nações Unidas não ouviram nem preveniram o que viria a acontecer! Opiniões ouvimos, de que também as Nações Unidas sabiam o que se iria passar, mas disso, sempre nos recusámos a acreditar!

Orientados que sempre estivemos nas Informações de Segurança para o esforço de guerra, forçoso é reconhecer que nos encontramos agora desajustados para o esforço de paz e as forças da subversão fiéis à integração, estão a instalar-se no terreno para retomarem a luta quando o julgarem oportuno.

Nós não podemos responder com eficácia a tal ameaça por falta de meios humanos e materiais e não está nas competências e na vocação da UNTAET, fazê-lo por nós.
Por isso, aceitámos de bom grado deslocar-nos aos Estados Unidos, convencidos de que obteríamos melhor eco, para o nosso apêlo, aqui, do que a partir de Timor.

É esse grito de alarme e o pedido que daqui faço aos responsáveis da governação dos Estados Unidos, que nos ajudem na formação de pessoal e no apetrechamento de meios técnicos de uns Serviços de Informações de Segurança, por forma a que possamos «informar o general» e «esclarecer o príncipe», atempadamente, dos perigos atentatórios da nossa independência e liberdade que a cada momento se possam erguer no nosso devir de país independente.

Duas preocupações nos atormentam de momento: por um lado o não podermos contar eternamente com a presença protectora da UNTAET, por outro, o sabermos que a democracia não está definitivamente consolidada na Indonésia, nem tão pouco neutralizadas as forças radiciais,/ quer no seio das forças armadas indonésias, quer no da alta finança e da área empresarial, que mantêm o projecto de nos anexar.

E se alguém tem dúvidas que assim é, fica aqui a pergunta; porque não consegue o governo de Jacarta, fazer cumprir o pedido das Nações Unidas, de desarmar as Milícias que se mantêm em Timor Ocidental?! ///

Consideramos pois, que na actual fase de transição, é urgente que nos seja concedida ajuda na formação de pessoal para a área das informações de segurança, por forma a que desde já e no futuro, possamos ter informadas as nossas forças armadas (ou gendarmerie), a quem incumbirá a defesa do país contra as ameaças vindas do exterior e na ordem interna, podermos igualmente manter informadas as forças de manutenção da ordem pública contra actividades subversivas que possam atentar contra as

instituições democráticas, em especial nas formas terrorismo e sabotagem, e a polícia judiciária e criminal contra as ameaças da criminalidade internacional organizada.

Pretendemos, à semelhança de como os Serviços de Informações estão organizados nos países democráticos, possuir uma estrutura dimensionada ao nosso país que, óbviamente, não consentirá o luxo de um desdobramento por duas instituições distintas, cuidando separadamente das vertentes interna e externa da segurança, mas apenas, de uma, que; privilegiando a vertente interna, seja co-extensiva às informações estratégicas de defesa, sobretudo a partir da cooperação com os serviços amigos de outros países.

Em suma, é urgente a reestruturação dos nossos serviços de informações de segurança, que nos habilitem a obter, produzir e conservar informações indispensáveis à salvaguarda da segurança interna e da independência nacional.

Esperamos da proverbial generosidade dos Estados Unidos que nos ajudem nesta área.

Porque «é de grande importância começarmos bem...» algo de muito importante temos a dizer sobre a fase de transição para a independência e diz respeito à forma como as Nações Unidas têm estado a conduzir o processo de transição e a gastar os dinheiros que generosamente a comunidade internacional pôs à sua disposição para ajudar à reconstrução de um país devorado pelas chamas do fogo pôsto e da maldade criminosa que continua impune.

A calamidade só não é total porque temos contado com a inteligência, a experiência e a determinação de Sérgio Vieira de Melo, o timoneiro abnegado de uma barca em que a quase totalidade dos remadores não têm ritmo, alguns não têm força e outros não têm vontade (e que vontade podem ter funcionários que vão para Timor por períodos de seis meses?!).

A primeira contrariedade surgiu com o projecto dos estrategas que, no seio das Nações Unidas, propugnavam a dissolução das FALINTIL, o que não se entende uma vez que estas lutaram durante 25 anos para conseguirem os resultados que foram referendados em 30 de Agosto de 1999 e as próprias Nações Unidas sancionaram.

Esta contradição ultrapassada pelos esforços de Sergio Vieira de Melo, trouxe o povo timorense angustiado e ferido no seu orgulho legítimo pela desconsideração feita aos seus Heróis, que lhe deram a independência e que são o seu garante para um futuro tranquilo. E de tão aberrante, essa contradição só poderia partir de quem, nas Nações Unidas, nos quer ver fragilizados e revertidos para a situação que rejeitámos e fomos forçados a viver durante 25 anos.

Provávelmente, os mesmos estrategas, avaliaram mal a ameaça e mandaram o dobro dos efectivos militares que estão a exaurir o esforço financeiro da comunidade internacional, que deveria ser utilizado na reconstrução do país. Visto o erro, só agora se está a proceder ao rearranjo e redução desses efectivos, com o manifesto prejuízo da devida reconstrução das infraestruturas do país destruídas pelos indonésios.

Mas, falando de reconstrução nacional, algo de maquiavélico foi gisado para que o dinheiro da comunidade internacional gasto nas obras de reconstrução, volte a sair de Timor, sem que as populações a viver na maior das penúrias dele possam beneficiar, senão veja-se:

Todas as obras são adjudicadas em concursos internacionais/ e os **«zeladores da UNTAET»** nesta área, fazendo tábua rasa do facto de que o parque de máquinas dos empreiteiros timorenses foi literalmente destruído pelos indonésios e de que ainda não existe banca comercial para os financiar, por falta de legislação adequada, negligência a que são alheios, obrigam-os às **mesmíssimas exigências** que aos empreiteiros estrangeiros, que contam com o apoio financeiro da banca comercial dos respectivos países.

Sem dinheiro para adquirirem máquinas e materiais de construção são pedidos aos empreiteiros timorenses depósitos de caução de bom cumprimento, de montantes que eles não possuem: «tudo a bem das regras e da transparência dos concursos internacionais...». É esta a noção de igualdade de tratamento dos **actores / zeladores** na área das obras públicas!... O bem estar dos timorenses é matéria que a eles não respeita!...

Que processo mais hipócrita de os excluir da reconstrução do seu país e com eles o povo tão carenciado de ganhar dinheiro e de se animar em relação ao futuro! Ficaremos com obras feitas mas sem um cêntimo nos bolsos que nos permita tirarmos o devido benefício delas!

É que entre os empreiteiros estrangeiros há os que se afadigam em «rapar» até ao último dollar, transportando, se for preciso, «areia para o deserto», ou seja, há os que têm o despudor de trazer para Timor operários em profissões que aqui abundam (no desemprego e na miséria) como sejam pedreiros e carpinteiros.

E nem se incomodam, estes últimos, com o vexame que causam ao povo timorense com atitudes que se podem classificar de neocolonialistas e no mínimo de troça em relação à desgraça alheia.

A mais grave das injustiças está pois instalada e é visível no terreno. O escândalo requer a inspecção das Nações Unidas ou de missões dos países dadores que tiverem escrúpulos em ver como é gasto o seu dinheiro.

Como dizia John Adams « é de grande importância começarmos bem...» por isso daqui faço o meu apêlo aos Estados Unidos e a todo o mundo. Ajudem-nos a começar bem...

DAVID XIMENES EAST-TIMOR